

## Vazamentos em minas da Vale causam impactos em Congonhas



Exatos sete anos do crime da Vale em Brumadinho, que causou a morte de 272 pessoas e um enorme impacto ambiental, aconteceram novos episódios em duas minas da mineradora na região entre Congonhas e Ouro Preto (MG). Em 25 de janeiro, cerca de 260 mil m<sup>3</sup> de água com sedimentos vazaram da cava da mina de Fábrica, da Vale. Menos de 24 horas depois, em 26/01, um segundo vazamento de lama ocorreu na mina Viga, também da mineradora. Segundo a prefeitura de Congonhas, não houve vítimas, mas há um grande impacto ambiental.

Um terceiro incidente foi confirmado em 28/01, culminando em carreamento de resíduos

da mineração para o rio Maranhão, afluente do rio Paraopeba. Desta vez, os danos ambientais ocorreram em área da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no dique de Fraile, na Mina Casa de Pedra, que passa por obras desde então.

Para avaliar os impactos, é importante lembrar que o rio Paraopeba ainda sofre as consequências do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, quando foram despejados cerca de 1 milhão de metros cúbicos de rejeitos. “Esses casos revelam que a lógica do lucro está sempre à frente. Quantas vezes teremos que ver crimes praticados pelas mineradoras se repetindo?”, opina o coordenador-geral do Sindipetro/MG,

Guilherme Alves.

A secretaria municipal de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas de Congonhas relatou que os incidentes causam perda de biodiversidade e queda na qualidade da água. “Estas consequências serão observadas nos próximos meses, porque esse material vai descendo, cada vez mais. Nas áreas mais próximas ao rompimento da cava na área da Mina de Fábrica, da Vale, percebemos arraste de árvores e rochas e mudança no curso do rio”, relatou o secretário municipal de Meio Ambiente da cidade, João Lobo, em nota.

Em função do atraso na comunicação pela mineradora, do dano ambiental e dos prejuízos estruturais e materiais a em-

presas vizinhas e à cidade, Congonhas suspendeu os alvarás de funcionamento da Vale. O governo federal também está acompanhando e estabeleceu uma série de providências a serem adotadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Os episódios recentes em Congonhas não representam um caso isolado e, ainda que o rompimento do dique da Vale não tenha resultado em perdas humanas, deve ser encarado como mais um sinal de alerta. Apesar de que, desde o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em 2015, até a tragédia de Brumadinho, em 2019, sucessivos alertas vêm sendo ignorados ou tratados como exceções.

# Sindicato cobra demandas da categoria

Um novo ano se iniciou e problemas antigos de condições de trabalho na Regap permanecem sem encaminhamento. Nessa semana, o Sindipetro/MG oficializou a empresa sobre denúncias e demandas de trabalhadores próprios e contratados, cobrando soluções.

Uma demanda postergada pela gestão da empresa há bastante tempo é a primeirização das operações do pátio do COQUE. A terceirização dessa atividade gera como efeito colateral uma situação grave para a segurança das intervenções nos equipamentos desta área. É preocupante a inexistência de operadores próprios capacitados para atuar como GPI, como exige o próprio procedimento Petrobrás (PE-2 REF-00141).

Como uma medida paliativa, foi implementado um curso rápido para o GPI, ministrado por instrutores que não operam esse setor já há muitos anos, totalmente insuficiente para a formação apurada destes pro-

fissionais, que serão responsáveis pelo planejamento da manutenção. “Para que servem afinal os procedimentos Petrobrás, se na prática escolhe-se fazer o que é mais fácil e não o que é mais seguro e alinhado com as diretrizes corporativas de SMS?”, questiona a diretora do Sindipetro/MG, Carmen Rodrigues.

Outra queixa recorrente dos trabalhadores de turno da Regap é a situação precária dos rádios de comunicação, ferramentas cruciais no desempenho das atividades de operação, SMS e segurança patrimonial.

A denúncia que chega ao Sindipetro/MG é de que os aparelhos atuais estão em más condições, além de serem modelos antigos, não atendendo às necessidades de segurança no trabalho. O Sindicato enfatiza a importância do devido tratamento a essa demanda pela gestão da Regap, pois o compromisso de substituição dos equipamentos em 2025 não se concretizou.

# Contratados em condições insalubres



No período chuvoso de janeiro, as condições precárias de trabalho tornam-se ainda mais evidentes para os trabalhadores das empresas contratadas pela Regap

O Sindipetro/MG recebeu denúncias de que os trabalhadores da empresa EKTOR, estão submetidos a condições de trabalho insalubres. Ao executarem os serviços em tanques úmidos, os trabalhadores ficam com uniformes, botas e luvas molhados durante toda a jornada de trabalho. Ao final da jornada, ainda precisam enfrentar chuveiros frios e vestiários alagados em razão de goteiras.

A falta de cuidado com aqueles que produzem a riqueza da empresa é constatada de diversas formas nas dependências da refinaria. Após reiteradas reivindicações do Sindicato,

foram executadas obras de cobertura na Portaria 1 da Regap, com o objetivo de proteger os trabalhadores nos períodos de chuva. No entanto, a situação permanece sem solução. As intervenções realizadas no local não atendem às necessidades dos trabalhadores, que continuam expostos à chuva. É urgente que a empresa elimine os transtornos enfrentados pelos trabalhadores nos períodos chuvosos.

Além de comprometer a dignidade e o conforto dos trabalhadores, as condições relatadas representam riscos à saúde e à segurança, em descumprimento às normas regulamentadoras de proteção ao trabalho. O Sindicato ressalta que é responsabilidade das empresas contratadas e da Petrobrás garantir ambientes de trabalho seguros e adequados.